

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO SOBRE
AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Artigo 8º e Anexo II da IN TC 20/2015.

Em cumprimento ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, artigo 84 da Resolução TC 06/2001 e artigo 8º da IN TC 20/2015, o Diretor do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal apresenta o presente relatório de análise das contas anuais de governo do exercício de 2021 com informações sobre os resultados alcançados com a execução dos orçamentos de todos os Poderes, órgãos e entidades, conforme conteúdo mínimo exigido no Anexo II da IN TC 20/2015.

I – SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DOS QUOCIENTES E DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado da execução orçamentária em 2021 foi bom, pois apresentou um superávit de R\$ 5.289.133,10, equivalente a 7,73% da receita arrecadada que somou R\$ 68.392.511,57. **Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário.**

QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1) Quociente da Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Arrecadada} = 72.490.118,98}{\text{Receita Prevista} = 65.765.000,00} = 1,1022$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	72.490.118,98	110,22
Receita Prevista	65.765.000,00	100,00
Superávit	6.725.118,98	10,22

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 1,1022, proporcionando um superávit de arrecadação de 0,1022.

2) Quociente da Execução da Despesa:

$$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Despesa Fixada}} = \frac{67.200.985,88}{87.263.528,21} = 0,7701$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Despesa Realizada	67.200.985,88	77,01
Despesa Fixada	87.263.528,21	100,00
Economia Orçamentária	20.062.542,33	22,99

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa fixada foi realizado apenas 0,7701 proporcionando uma economia orçamentária de 0,2209

3) Quociente do Resultado Orçamentário:

$$\frac{\text{Receita Arrecadada}}{\text{Despesa Realizada}} = \frac{72.490.118,98}{67.200.985,88} = 1,0787$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	72.490.118,98	107,87
Despesa Realizada	67.200.985,88	100,00
Superávit Orçamentário	5.289.133,10	7,87

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa realizada foi arrecadado 1,0787 de receita, evidenciando um superávit de execução orçamentária de 0,0787.

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2021 foram realizadas alterações orçamentárias no valor de R\$ 29.825.025,71 por conta de anulação de dotações autorizadas em lei específica e remanejamento de recursos dentro da mesma categoria de programação; por conta do excesso de arrecadação apurado em fontes de recursos; por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior em fontes de recursos; e por conta de recursos de operações de crédito.

Os créditos adicionais e o remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação foram realizados com observância à vinculação dos recursos e ao princípio constitucional da legalidade e em observância ao artigo 7º c/c 43 da Lei (federal) 4.320/64 e artigo 167, VI da CF/88.

QUOCIENTES DO RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL

O resultado financeiro do exercício de 2021 foi superavitário em R\$ 39.061.240,70, equivalente a 57,11% da receita arrecadada que somou R\$ 68.392.511,57, conforme apurado no Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial consolidado, cumprindo assim ao princípio do equilíbrio de caixa, conforme exige o artigo 48, alínea “b”, da Lei (federal) n° 4.320/64 c/c artigo 1°, §1° da Lei Complementar (federal) n° 101/2000, equilíbrio esse em todas as fontes de recursos, conforme apurado nos registros contábeis realizados no grupo “controles” do Plano de Contas Único.

O resultado patrimonial do exercício de 2021 foi deficitário em R\$ -17.430.085,88 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, reduzindo o Patrimônio Líquido do Município apurado em 2020 de R\$ 41.167.076,29 para R\$ 23.736.990,41. Entretanto, no Balanço Patrimonial Consolidado o Patrimônio Líquido é de R\$ 23.858.965,20 conforme evidenciado no Balanço Patrimonial de 2021, evidenciando uma diferença de R\$ 121.974,79.

Nota: Como já registrado, os relatórios apresentam várias inconsistências causadas pela migração do banco de dados de um sistema da Betha para outro em julho de 2020. Apesar dos insistentes apelos feitos, a Betha não resolveu as inconsistências.

O Ativo Permanente acumula valores de bens móveis, imóveis, realizáveis a longo prazo e créditos, equivalentes a R\$ 59.729.732,10, enquanto o Passivo Permanente, constituído de obrigações trabalhistas, fornecedores, empréstimos e provisões soma R\$ 74.274.288,29, proporcionando um déficit do grupo permanente de R\$ 14.544.556,19, conforme Balanço Patrimonial.

Quocientes sobre o Balanço Financeiro

1) Quociente da Execução Extra-Orçamentária:

$$\begin{aligned} \text{Receita extra-orçamentária} &= \underline{4.708.777,98} = 0,6894 \\ \text{Despesa extra-orçamentária} &= \underline{6.829.392,10} \end{aligned}$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Extra-Orçamentária Arrecadada	4.708.777,98	68,94
Despesa Extra-Orçamentária Realizada	6.829.392,10	100,00
Déficit	2.120.614,12	31,06

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa extra-orçamentária foi recebido 0,6894 de receita extra-orçamentária proporcionando um superávit de recursos extra-orçamentários no exercício de 0,3106.

2) Quociente do Resultado da Execução Financeira

$$\begin{aligned} \text{Receita Total Arrecadada} &= \underline{89.348.089,27} = 1,0367 \\ \text{Despesa Total Realizada} &= \underline{86.179.570,29} \end{aligned}$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Total Arrecadada	89.348.089,27	103,67
Despesa Total Realizada	86.179.570,29	100,00
Superávit	3.168.518,98	3,67

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa total foi arrecadado 1,0367, proporcionando um superávit na execução financeira de 0,0367.

3) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 39.057.142,53}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 35.895.440,83} = 1,0881$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Saldo para o Exercício Seguinte	39.057.142,53	108,81
Saldo do Exercício Anterior	35.895.440,83	100,00
Superávit	3.161.701,70	8,81

Nota: O Balanço Financeiro Consolidado de 2021 registra como Saldo do Exercício Anterior o Valor de R\$ 35.895,440,83, enquanto o Balanço Financeiro Consolidado de Exercício de 2020 registra como saldo para o exercício seguinte o valor de R\$ 35.879.704,72. Essas inconsistências em todos os relatórios tem como origem a transferência do banco de dados de um sistema da Betha para outro sem as devidas e necessárias configurações, apesar dos insistentes apelos aquela empresa.

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de saldo do exercício anterior está passando 1,0881 para o exercício seguinte proporcionando um superávit no exercício de 0,0881.

QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

4) Quociente do Resultado Financeiro

$$\frac{\text{Ativo Financeiro} = 39.063.046,50}{\text{Passivo Financeiro} = 1.816.669,87} = 21,5025$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Financeiro	39.063.046,50	2.150,25
Passivo Financeiro	1.816.669,87	100,00
Superávit Financeiro	37.246.376,63	2.050,25

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de dívida de curto prazo o Município tem em caixa 21,5025 evidenciando um superávit de 20,5025.

5) Quociente da Situação Permanente:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}} = \frac{59.729.732,10}{74.274.288,29} = 0,8042$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Permanente	59.729.732,10	80,42
Passivo Permanente	74.274.288,29	100,00
Déficit	14.544.556,19	19,58

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de compromisso de longo prazo o Município dispõe de um patrimônio de 0,8042 proporcionando um superávit no patrimônio permanente de 0,1958.

6) Quociente do Resultado Patrimonial:

$$\frac{\text{Soma do Ativo}}{\text{Soma do Passivo}} = \frac{98.790.972,80}{76.090.958,16} = 1,2983$$

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Soma do Ativo	98.790.972,80	129,83
Soma do Passivo	76.090.958,16	100,00
Superávit	22.700.014,64	29,83

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de Passivo, existem 1,2983 de Ativo, evidenciando um Superávit de resultado patrimonial de 0,2983.

7) Avaliação da Evolução do Ativo Real Líquido

O Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2021 deve ser igual ao Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2020, mais o Resultado Patrimonial do exercício de 2021, constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Componentes	Valor
(+) Ativo Real Líquido do exercício de 2020	41.167.076,29
(+) Resultado Patrimonial do exercício de 2021	17.430.085,88
(=) Ativo Real Líquido do exercício de 2021	23.736.990,41

Nota: Essa equação resulta em um Ativo Real Líquido diferente do valor registrado no Balanço Patrimonial Consolidado por conta das inconsistências já relatadas.

8) Avaliação da Variação do Resultado Financeiro

A variação do resultado financeiro do exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020, menos (-) o cancelamento de restos a pagar, deve ser igual (=) ao resultado orçamentário do exercício de 2021, conforme abaixo:

(+) Resultado Financeiro de 2021	37.246.376,63
(-) Resultado Financeiro de 2020	32.121.693,60
(=) Variação do Resultado Financeiro de 2021 em Relação a 2020	5.124.683,03
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
(=) Resultado Orçamentário de 2021	5.124.683,03
(-) Resultado Orçamentário de 2021 constante do BO	5.289.133,10
(=) Diferença (*)	164.450,07

Nota: Essa divergência decorre das inconsistências apuradas nos Balanços das diversas Unidades Gestoras, em razão da transferência do banco de dados de um sistema da Betha para outro, realizado pelos Técnicos daquela empresa e não corrigido, apesar dos insistentes apelos.

9) Avaliação do Resultado Financeiro do Exercício

De acordo com o disposto no artigo 48, alínea “b” da Lei (federal) n° 4320/64, c/c o artigo 1°, §1°, 8° e 50, inciso I da Lei Complementar n° 101/2000, o Município deve obediência ao princípio do equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos.

Desse modo, analisando o resultado financeiro em cada uma das fontes de recursos, controladas contabilmente no Grupo 8 “Controles” conforme orientações constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Município encerrou o exercício de 2021 com equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos, conforme Balancete de Verificação do Grupo 8, exceção feita às seguintes fontes de recursos:

Código da F.R.	Denominação da Fonte de Recursos	Valor da Insuficiência	OBS.
	Nada a relacionar		

II – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS, COM INDICAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS E EXECUTADAS DE ACORDO

COM O ESTABELECIDO NA LOA, OBSERVADAS AS UNIDADES DE MEDIDA CONCERNENTES A CADA AÇÃO. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

A Lei Complementar nº 101/2000 fortaleceu ainda mais o princípio do planejamento na administração pública ao estabelecer em seu artigo 1º que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada, capaz de prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento e relacionadas à parte física e fiscais: de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, alínea “e”, §1º, artigo 50, §3º e artigo 59, inciso V da citada lei.

Nesse sentido, faz-se necessário demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos programas com suas respectivas ações de governo priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, destacando o produto, a unidade de medida, a meta física prevista e realizada e a meta financeira prevista e realizada, conforme **Anexo I** deste relatório.

III – INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E PRIORIDADES ESCOLHIDAS PELO MUNICÍPIO NA LDO, BEM COMO A EXECUÇÃO DAS METAS ESCOLHIDAS PELA POPULAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

Nos termos do artigo 165 da Constituição Federal e 35 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o Plano Plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para um período de quatro anos, enquanto o artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000 impõe que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual devem ser elaboradas de forma compatível com o Plano Plurianual no que diz respeito aos objetivos e metas.

Por outro lado, o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 impõe a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, leis de diretrizes e orçamentos como forma de transparência e participação popular.

Nesse sentido faz-se necessário demonstrar e avaliar a execução do Plano Plurianual através do cumprimento dos objetivos e metas nele estabelecidas e priorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, conforme **Anexo II** deste relatório.

IV – ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS: FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

De acordo com o §5º do artigo 165 da Constituição Federal a Lei Orçamentária Anual deve compreender o orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas do governo e orçamento da seguridade social.

De outro lado, o artigo 74 da Constituição Federal e 59 da Lei Complementar nº 101/2000, atribui ao sistema de controle interno, competência para fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

Diante desses comandos constitucionais e legais, faz-se necessária a apresentação de uma análise comparativa entre a previsão e a execução dos orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas do governo, conforme disposto no **Anexo III** deste relatório.

V – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo Municipal, até 30 dias após a publicação dos orçamentos, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício, visando acompanhar ao longo do exercício o cumprimento ao princípio do equilíbrio de caixa.

Desse modo, no exercício de suas atribuições de fiscalizar e avaliar o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal faz-se necessário que o Órgão de Controle Interno demonstre a análise comparativa entre a programação e a execução financeira de desembolso, de forma a estimular sempre mais o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento das ações. A análise comparativa consta do **Anexo IV** deste relatório.

VI – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS, EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, BEM COMO SOBRE AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADAS NO BALANÇO GERAL. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

Nos termos do artigo 36 da Lei (federal) nº 4320/64, constituem restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-as das processadas e não processadas.

O não pagamento de despesa no exercício financeiro de sua competência, via de regra, decorre de dois fatores: insuficiência de caixa ou porque a despesa estava em processo de liquidação, devendo, contudo, serem pagas no exercício seguinte, observando o disposto no artigo 5º da Lei (federal) nº 8666/93.

O artigo 35, c/c o artigo 60 da lei acima referida, tratam do princípio da competência para as despesas públicas ao estabelecer que pertencem ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas e que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Todavia, na prática, mesmo em afronta ao artigo 60 acima referido, pode ocorrer a realização de despesa sem o devido empenho prévio, reconhecida em exercícios futuros, situação em que a sua contabilização deve ocorrer no elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, conforme disposto no artigo 37 da Lei (federal) n° 4.320/64, Manual da Despesa Pública aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional e Portaria Conjunta SOF/STN n° 163/2001, de forma a identificar nos Balanços a ocorrência dessa irregularidade, permitindo assim que os órgãos de fiscalização tomem conhecimento do fato e considerem este valor para efeito de apuração do verdadeiro resultado orçamentário e financeiro do exercício anterior.

De todo o exposto, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo dos restos a pagar existentes no final do exercício e das despesas empenhadas no exercício e classificadas como sendo “Despesas de Exercícios Anteriores”, conforme **Anexo V** deste relatório.

VII – DEMONSTRATIVO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. Facultativo em 2021, conforme Portaria n° TC 016/2022.

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Os precatórios podem ter natureza alimentar (decisões sobre salários, pensões, aposentadorias, indenizações por morte ou invalidez, benefícios previdenciários, créditos trabalhistas, entre outros) ou natureza comum (decisões sobre desapropriações, tributos, indenizações por dano moral, entre outros).

Nos termos do artigo 100 e 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o condenado deve transferir mensalmente ao Tribunal de Justiça entre 1% e 2% da Receita Corrente Líquida para pagamento dos precatórios por este de acordo com as prioridades (alimentares) e preferências (idosos e doentes graves) previstas no texto constitucional.

Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo dos valores transferidos no exercício de 2021 ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, conforme **Anexo VI** deste relatório.

VIII – DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO. Facultativo em 2021, conforme Portaria n° TC 016/2022.

Nos termos do artigo 30, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 11 da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do Município, devendo ainda fazer acompanhar ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, demonstrativo com especificação das medidas de combate à sonegação e a evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança, conforme disposto no artigo 53, §2º, inciso II da citada Lei Complementar.

Portanto, faz-se necessário demonstrar neste relatório o cumprimento pelo Município desses comandos constitucional e legal, especialmente em relação aos créditos da fazenda pública inscritos em dívida ativa.

a) Demonstrativo dos créditos da Fazenda Pública inscritos em Dívida Ativa.

Natureza do Crédito	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Variação
MJM Dívida Ativa do IPTU			
MJM Dívida Ativa do ITBI			
MJM Dívida Ativa do ISS			
MJM da Dívida Ativa de Outros Tributos			
MJM Dívida Ativa da Taxa de VISA			
Receita da Dívida Ativa do IPTU			
Receita da Dívida Ativa do ITBI			
Receita da Dívida Ativa do ISS			
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos			
Receita da Dívida Ativa da Taxa de Visa			
Outras MJM da Dívida Ativa não Tributária de OR			
Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas			
TOTAL			

b) Demonstrativo das Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial

Componentes	Quantidade/valor
Quantidade de Ações Ajuizadas	
Valor Ajuizado até 31/12/2021	

c) Demonstrativo da Evolução dos Créditos Tributários passíveis de Cobrança Administrativas e Indicação das Medidas adotadas para a Recuperação de Créditos nesta Instância.

Componente	SALDOS DA DÍVIDA ATIVA EM 2021		
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Valores Ajuizados			
Valores em Cobrança Administrativa			
TOTAL			

d) Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições e das Providências Adotadas no Combate à Evasão e à Sonegação Fiscal.

Para dar cumprimento ao comando constitucional e legal de instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência, o Município de Nova Trento, através da Secretaria de Administração e Finanças e da Procuradoria Geral, atua de forma permanente no sentido de incrementar suas receitas próprias através de ações relacionadas à:

1. Atualização da planta de valores com o cadastramento de novas unidades imobiliárias, base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano;
2. Correção anual da Planta de Valores, da tabela da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP e dos tributos em geral pelo índice de inflação oficial acumulado no período;
3. Atualização periódica da Planta de Valores com base nos preços dos imóveis praticados no mercado;
4. Manutenção de contrato com empresa de consultoria especializada na área de tributação para manter a legislação atualizada, capacitar os fiscais e demais servidores do Departamento de Tributos, orientar na condução dos processos de fiscalização de empresas prestadoras de serviço, emissão de auto de infração e demais atos de competência da Unidade Administrativa;
5. Notificação de contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal como tentativa de cobrança administrativa;
6. Expedição de Certidão de Dívida Ativa dos contribuintes inscritos e encaminhamento à Procuradoria Geral do Município para execução fiscal, de forma a impedir a prescrição de créditos da Fazenda Pública.

O quadro abaixo evidencia a evolução da arrecadação das receitas próprias, comprovando o seu incremento e o combate à evasão e a sonegação fiscal:

Receita Própria	ARRECAÇÃO POR EXERCÍCIO E CRESCIMENTO									
	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%	2020	Δ%	2021	Δ%
IPTU	1.562,4	10,2								
ISS	975,6	1,4								
ITBI	395,1	23,4								
IRRF	624,5	-1,3								
TAXAS	976,8	17,8								
COSIP	1.089,3	-5,5								
Outras	1.452,8	104,5								
	7.076,5	17,5								

e) Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício, por Espécie Prevista no Artigo 14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia Prevista	Renúncia Realizada	Diferença
IPTU	Isenção e Desconto	Pessoas carentes/Incentivos fiscais			
ITBI	Isenção	Incentivos Fiscais			
ISS	Isenção	Redução de Alíquota			
Multas e Juros	Anistia	Incentivo p/pagto. Dívida Ativa			
		TOTAL			

f) Créditos Baixados no Exercício em Razão de Prescrição

Espécie do Crédito	Valor	Motivos
IPTU		
ISS		
ITBI		
Taxa de Licença p/ Exercício de Polícia		
Taxa pela Prestação de Serviço		
Outros Créditos Tributários		
Créditos não Tributários		
TOTAL		

IX – DEMONSTRATIVOS DOS INDICADORES FISCAIS DA LRF, RELATIVOS A DESPESAS COM PESSOAL, OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, INDICANDO AS RAZÕES DO NÃO ALCANCE DAS METAS FISCAIS OU DA EXTRAPOLAÇÃO DE LIMITES, BEM COMO INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MELHORIA DA GESTÃO E EQUILÍBRIO FISCAL E PARA RETORNO AOS LIMITES QUANDO FOR O CASO.

a) Demonstrativo dos gastos com pessoal em 2021

R\$ 1.000,00

Componente	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	57.199,8	63.835,7	67.164,3
Gasto total com Pessoal	23.057,7	23.403,6	24.062,7
% de Comprometimento	40,31%	36,66%	35,90%
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	898,8	899,0	900,5
% de Comprometimento	1,57%	1,41%	1,34%
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	22.158,9	22.504,6	23.162,1
% de /comprometimento	38,74%	35,25%	34,56%

b) Demonstrativo do Endividamento do Município em relação aos limites no exercício de 2021

R\$ 1,00

Componente	Valor	% da RCL	Limite de % da RCL
Dívida Consolidada	3.831.495,04	5,70	120,00
Contratação de Operação de Crédito no Exercício	34.827,00	0,05	16,00
Desembolso Anual com a Dívida Fundada	1.338.460,00	1,99	11,00
Receita Corrente Líquida	67.164.300,00	-	-

c) Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais de 2021.

Componente	Prevista	Realizada	Diferença
Receita Total	65.765,0	72.490,1	6.725,1
Receitas Primárias (I)	63.802,0	69.143,8	5.341,8
Despesa Total	65.765,0	67.201,0	1.436,0
Despesas Primárias (II)	65.265,0	63.274,6	-1.990,4
Resultado Primário (I-II)	-1.463,0	5.869,2	7.332,2
Resultado Nominal	1.647,0	-16.964,5	-18.611,5
Dívida Fiscal Líquida	-212,0	-10.986,8	-10.774,8

NOTAS:

1. A **meta fiscal de receita** até o 3º quadrimestre de 2021, foi estabelecida em R\$ 65.765,0 mil. De acordo com os dados Consolidados até dezembro de 2021, extraídos dos relatórios contábeis, a receita arrecadada somou R\$ 72.490,1 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 6.725,1 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre.

2. A **meta fiscal de despesa** até o 3º quadrimestre de 2021 foi estabelecida em R\$ 65.765,0 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2021, extraídos dos relatórios contábeis, a despesa realizada somou R\$ 67.201,0 mil, não tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 1.436,0 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre.
3. A **meta fiscal de resultado primário** até o 3º quadrimestre de 2021 foi estabelecida em R\$ -1.463,0 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2021, extraídos dos relatórios contábeis, o Resultado Primário foi de R\$ 5.569,2 mil, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 7.332,2 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre. O resultado primário tem como objetivo avaliar se as receitas primárias, derivadas do poder de tributar, foram suficientes para atender as despesas usuais de custeio e investimentos, sem comprometer o pagamento da dívida consolidada. O resultado primário é calculado pela seguinte equação: Receita não financeira: R\$ 69.143,8 mil – Despesa não financeira: R\$ 63.274,6 mil = R\$ 5.869,2 mil. Ou seja, o resultado primário até o 3º quadrimestre de 2021 indica que as fontes primárias de recursos (receitas que o Município obteve sem ampliação da sua dívida ou redução de seus ativos), foram suficientes para atender as despesas usuais de custeio e investimentos, também chamadas de despesas primárias ou despesas não financeiras.
4. A **meta fiscal de resultado nominal** até o 2º quadrimestre de 2021 foi estabelecida em R\$ 1.647,0 mil. De acordo com dados consolidados até dezembro de 2021, extraídos dos relatórios contábeis, o Resultado Nominal foi de R\$ -16.964,5, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ 18.611,5 mil da meta fiscal estabelecida até o 3º quadrimestre de 2021. O resultado nominal representa a evolução da dívida fiscal líquida de um período. Ela é calculada pela seguinte equação: Dívida Fiscal Líquida de 2020: R\$ -6.008,7 mil – Dívida Fiscal Líquida de 2021 R\$ -10.955,8 = R\$ -16.964,5 mil. Ou seja, o resultado nominal até o 3º quadrimestre de 2021 indica que a dívida fiscal líquida do Município de Nova Trento diminuiu em R\$ -16.964,5 mil.
4. A **meta fiscal montante da Dívida Consolidada Líquida** até o 2º quadrimestre de 2021 foi estabelecida em R\$ -212,0 mil. De acordo com os dados consolidados até dezembro de 2021, extraídos dos relatórios contábeis, o saldo da Dívida Consolidada Líquida é de R\$ -10.955,8, tendo sido, portanto, alcançada, se situando acima em R\$ -11.167,8. Ela é calculada pela seguinte equação: Dívida Consolidada do Município: R\$ 3,8 mil - Ativo Financeiro Disponível: R\$ 10.990,6 = R\$ -10.986,8 mil.

X – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE, EDUCAÇÃO E FUNDEB.

a) Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nos termos do artigo 198 da Constituição Federal e artigo 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar em cada exercício pelo menos 15% das receitas produto de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Conforme dados extraídos de relatórios contábeis, e Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados a Ações e Serviços Públicos de Saúde, **Anexo VII** deste relatório, o cumprimento dos gastos em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2021, financiados com recursos oriundos de receitas produto de impostos e controlados pelo código 0.1.02.000000, podem ser assim representados:

Demonstrativo do Cumprimento do Gasto Mínimo em Saúde	
Componente	Valor
Receitas Produto de Impostos Arrecadados no Exercício - RPI	36.648.030,71
Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde Realizados no Exercício	9.598.142,30
Percentual de Gastos em Relação às RPI	26,19%

b) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e na Remuneração de Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício.

Nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 21 da Lei (federal) nº 11.494/2007, o Município deve aplicar em cada exercício pelo menos:

- a) 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino básico;
- b) 70% dos recursos transferidos a título de FUNDEB na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício;
- c) 90% dos recursos recebidos a título de FUNDEB.

Conforme dados extraídos de relatórios contábeis, e Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, **Anexo VIII** deste relatório, o cumprimento dessas exigências no exercício de 2021 podem ser assim representadas:

Demonstrativo do Cumprimento dos Gastos Mínimos em Ensino	
Componente	Valor
Receitas Resultantes de Impostos Arrecadados no Exercício - RRI	37.950.131,27
Gastos c/ Manut. e Desenvolvimento do Ensino Básico Realizados no Exercício	10.180.166,20
Percentual de Gastos em Relação às RRI	26,82%
Transferências de Recursos do FUNDEB no Exercício	9.037.030,94
Gastos com Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	6.384.255,36
Percentual de Gastos em Relação às Transferências do FUNDEB	70,64%
Gastos Realizados no Exercício com Recursos do FUNDEB	8.683.775,63
Percentual de Gastos Realizados com Recursos do FUNDEB	96,09%

Nota: Não há registro de despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar.

XI – INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES ANUAIS DAS DESPESAS REALIZADAS REFERENTES A AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO AS DECORRENTES DE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. *Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.*

Em cumprimento ao princípio da igualdade estabelecido no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e o estatuto das licitações aprovado pela Lei (federal) nº 8666/93, as obras, serviços, compras e alienações deverão ser contratados pelo Município mediante processo licitatório.

O demonstrativo abaixo evidencia o volume de licitações e despesas realizadas no exercício de 2021 por modalidade de licitação.

Demonstrativo das Despesas Realizadas por Modalidade de Licitação					
Nº	Modalidade	Valores Licitados		Valores das Despesas Realizadas	%
		Obras e Serviços de Engenharia	Compras e Serviços		
	Concorrência				
	Tomada de Preços				
	Convite				
	Concurso				
	Pregão Presencial				
	Pregão Eletrônico				
	Regime Diferenciado de Contratação				
	Processo de Dispensa de Licitação				
	Inexigibilidade de Licitação				
	Contratação Direta				
	Total				

OBS. O sistema não disponibiliza relatório com as despesas realizadas por modalidade de aplicação.

XII – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E EM COMISSÃO NÃO INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO. *Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.*

XIII – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM INDICAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS AUTORIZATIVAS E VALOR DO GASTO NO EXERCÍCIO. *Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.*

XIV – INFORMAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO COM INDICAÇÃO DOS VALORES MENSAL E ANUAL. *Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.*

Nos termos do artigo 37, incisos II e V da Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público, para atender necessidades permanentes da administração, depende de aprovação prévia em concurso público, enquanto os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, destinam-se exclusivamente as atribuições de chefia, direção e assessoramento. Por outro lado, os estagiários são contratados para atividades estritamente auxiliar de atribuições funcionais de agentes públicos.

Ou seja, constitui burla ao concurso público a contratação por tempo determinado ou de estagiários para o exercício de atividades de natureza permanente ou privativa de servidor, assim como a nomeação em comissão com desempenho de atividades operacionais.

Nesse sentido é importante demonstrar como está composto o quadro de servidores do Município e se ele é compatível com o porte do Município.

Demonstrativo do Quantitativo de Servidores		
Vínculo	Nº de Servidores	% de Participação
I – Administração Direta		
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		
- Servidores Ocupantes de Emprego Público		
- Servidores em Cargo em Comissão		
- Servidores Contratados por Tempo Determinado		
- Estagiários		
II – Administração Indireta		
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo		
- Servidores Ocupantes de Emprego Público		
- Servidores em Cargo em Comissão		
- Servidores Contratados por Tempo Determinado		
- Estagiários		
TOTAL		

Demonstrativo da Evolução do Quantitativo de Servidores e Despesa Realizada						
Vínculo	Base Legal	Quantidade em 01/01/21	Nomeações/Contratações em 2021	Exonerações/Rescisões em 2021	Quantidade em 31/12/21	Despesa Realizada (1)
I – Administração Direta						
- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	LC 638/15 LC 29/03, LC 177/07 e LC 55/04					
- Servidores Ocupantes de Emprego Público						
- Servidores com Vínculo com o Ente em Comissão						
- Servidores sem Vínculo com o Ente em Comissão	LC 312/09, LC 177/07 e LC 207/07					
- Servidores Contratados por Tempo Determinado	Lei 2553/14					
- Estagiários	Lei 1.818/02					
- Agentes Políticos com Mandato Eletivo						
- Conselheiros Tutelares	Lei 1284/93					
II – Administração Indireta						

- Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo	Lei 1466/96					
- Servidores Ocupantes de Emprego Público						
- Servidores com Vínculo com o Ente em Comissão						
- Servidores sem Vínculo com o Ente em Comissão						
- Servidores Contratados por Tempo Determinado						
- Estagiários						
TOTAL						

1. O sistema não disponibiliza relatórios que possa identificar a despesa com pessoal segundo o seu vínculo.

XV – INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DETALHAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO, RESPECTIVAS FUNÇÕES E VALORES MENSAL E ANUAL. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

A Lei Complementar (federal) nº 101/2000 em seu artigo 20, estabeleceu como limite de gastos com pessoal para o Poder Executivo e Poder Legislativo o equivalente a 54% e 6% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Para inibir que esses limites sejam mascarados, o §1º do artigo 18 da citada lei, estabeleceu que os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, deverão ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A fim de orientar os jurisdicionados, o Tribunal de Contas definiu através de prejulgado que considera contratos de terceirização para fins de entendimento do disposto no artigo 18, §1º da LRF, aqueles decorrentes da contratação de pessoas físicas ou jurídicas para o exercício de atividades ou funções finalísticas do Poder ou Órgão para os quais haja correspondência com cargos e empregos do seu quadro de cargos ou para execução de serviços de que resulte edição de atos administrativos, caracterizando exercício de parcela de poder público, correspondendo ao exercício de atividades que deveriam ser atribuídas a agentes públicos.

Nesse sentido, para facilitar a avaliação dos órgãos de fiscalização sobre o cumprimento das normas legais, faz-se necessário a apresentação de demonstrativo que evidencie os contratos de terceirização de mão de obra com detalhamento dos postos de trabalho e respectivas funções. **Anexo IX deste relatório.**

XVI – DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE POR MEIO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

Com o propósito de assegurar a igualdade de oportunidade entre os candidatos, o artigo 73, inciso VII da Lei (federal) nº 9.504/97 estabeleceu que as despesas com publicidade no primeiro semestre do ano da eleição, não podem exceder a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

A fim de que a contabilidade possa evidenciar de forma segregada os gastos com publicidade legal e publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social, faz-se necessário à correta classificação da despesa no momento do empenho no que diz respeito ao elemento e sub-elemento da despesa, conforme orientação do Tribunal de Contas, permitindo, assim a apuração dessa informação e a verificação do cumprimento do mandamento legal acima referido:

- 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.88 – Serviços de Publicidade e Propaganda
- 3.3.90.39.90 – Serviços de Publicidade Legal

De acordo com os registros contábeis, os gastos com serviços de publicidade e propaganda (88) e serviços de publicidade legal (90), apresentaram os seguintes valores:

Demonstrativo dos Gastos com Divulgação e Publicidade					
Componentes	Gastos Realizados no ano			Média de Gastos	Despesa Realizada em 2021
	2018	2019	2020		
3.3.90.39.88 – Publicidade e Propaganda	20.722,00	16.350,00	14.750,00	17.274,00	3.920,00
3.3.90.39.90 – Publicidade Legal	3.961,81	6.198,75	20.523,03	10.227,86	19.208,40
3.3.90.39.49 – Produções Jornalísticas	-	300,00	-	300,00	-
3.3.90.39.47 – Serviços de Comunicação em Geral	-	138.139,83	156.500,87	147.320,35	55.024,36

XVII – RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO REALIZADOS NO EXERCÍCIO E OS PENDENTES DE RECEBIMENTO.

Essa informação e avaliação são importantes na medida em que o não recebimento de recursos de convênio no exercício pode resultar em déficit financeiro na fonte correspondente e, por consequência no descumprimento do princípio do equilíbrio de caixa em cada fonte de recurso, regrado no artigo 48, “b” da Lei (federal) nº 4320/64 c/c artigos 1º, §1º, 8º e 50, inciso I da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, caso ocorra o atraso na liberação ou porque, via de regra, o recurso é liberado somente após a comprovação da liquidação da despesa.

Desse modo, a apresentação da relação dos convênios firmados com informações sobre o valor a receber, despesa liquidada e valores inscritos em Restos a Pagar financiados com recursos de convênio, na forma do **Anexo X** deste relatório, servirá como justificativa para o eventual desequilíbrio de caixa nessas fontes junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização, uma vez que ele decorreu de fato alheio à vontade do Gestor Municipal.

XVIII – RELATÓRIO SOBRE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, COM REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, BEM COMO DISCRIMINAÇÃO DOS GASTOS EXTRAORDINÁRIOS REALIZADOS PARA ATENDIMENTO ESPECÍFICO AO EVENTO.

Informações e avaliações sobre a decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública são importantes na medida em que elas exigem ações imediatas do Poder Público Municipal com o propósito de socorrer a população e restabelecer a normalidade na cidade, podendo, em alguns casos, exigir a abertura de créditos adicionais extraordinários sem indicação da fonte de recursos e resultar em déficit financeiro na fonte ordinária e, por consequência, no descumprimento do princípio do equilíbrio de caixa, regrado no artigo 48, “b” da Lei (federal) nº 4320/64 c/c artigos 1º, §1º, 8º e 50, inciso I da Lei Complementar (federal) nº 101/2000.

Essas circunstâncias, a juízo do Tribunal de Contas, podem justificar o eventual desequilíbrio de caixa, fato este que nos termos do artigo 3º, inciso VI da Portaria nº TC 233/2003, constitui restrição passível de recomendação pela rejeição das contas de governo.

a) Relação de despesas com a Covid-19

Relação dos Eventos Justificadores da Decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública				
Descrição do Evento	Nº do Ato	Período de Validade	Despesa Extraordinária Realizada	Nº da N.E.
Declara situação de emergência no Município de Nova Trento, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515 , de 17 de março de 2020 e dá outras providências e no Decreto nº 562/20.	Decreto nº 041 de 19 de março de 2020	Limitado ao disposto na Lei Federal 13.979/2020 e Decreto Estadual 562/2020	R\$ 1.440,00	192
			R\$ 877,50	229
			R\$ 1.947,60	230
			R\$ 499,80	329
			R\$ 874,50	824
			107.625,00	858
			4.725,00	860
			R\$ 14580,00	1613
			R\$ 9.994,00	1660
			R\$ 287,50	3330
			R\$ 1.420,00	4547
			R\$ 575,00	4614
			R\$ 1.484,82	4676
			R\$ 1.215,95	4722
			R\$ 5.097,00	4954
			R\$ 1.680,00	5052
			R\$ 1.968,64	5093
R\$ 1.621,00	5162			
R\$ 1.106,21	5164			
R\$ 4.000,00	1			
R\$ 270,00	2			
R\$ 777,00	43			

		R\$ 259,00	58
		R\$ 282,80	59
		R\$ 544,00	60
		R\$ 157,92	61
		R\$ 1.840,00	62
		R\$ 114,18	63
		R\$ 1.288,00	64
		R\$ 583,80	65
		R\$ 60,60	66
		R\$ 660,00	67
		R\$ 2.435,49	68
		R\$ 6.136,00	84
		R\$ 671,08	87
		R\$ 232,48	88
		R\$ 2.097,00	111
		R\$ 11.500,00	117
		R\$ 9.800,00	142
		R\$ 9.500,00	143
		R\$ 9.500,00	199
		R\$ 14.990,00	200
		R\$ 19.200,00	202
		R\$ 2.695,00	205
		R\$ 28.680,00	206
		R\$ 344.998,49	220
		R\$ 195,60	221
		R\$ 22.500,00	238
		R\$ 51.958,60	297
		R\$ 2.574,84	306
		R\$ 9.703,20	307
		R\$ 30.776,00	308
		R\$ 32.000,00	312
		R\$ 6.179,40	313
		R\$ 1.400,00	319
		R\$ 941,74	390
		R\$ 1.700,00	391
		R\$ 143.840,00	395
		R\$ 10.060,00	396
		R\$ 1.690,00	397
		R\$ 688,80	398
		R\$ 71.700,00	399
		R\$ 408,00	400
		R\$ 1.004,40	401
		R\$ 9.506,40	402
		R\$ 750,00	444
		R\$ 344.998,50	451
		R\$ 345,00	457
		R\$ 9.169,90	463
		R\$ 152,00	487

		R\$ 4.136,00	488
		R\$ 2.100,00	489
		R\$ 20.700,00	497
		R\$ 518,00	509
		R\$ 191,60	510
		R\$ 135,00	511
		R\$ 1.541,40	512
		R\$ 559,20	513
		R\$ 213,80	514
		R\$ 384,00	515
		R\$ 19.600,00	529
		R\$ 2.097,00	531
		R\$ 80.000,00	532
		R\$ 2.004,00	533
		R\$ 7.680,00	534
		R\$ 143.400,00	538
		R\$ 17.005,50	604
		R\$ 23.180,00	611
		R\$ 183,08	621
		R\$ 510,00	632
		R\$ 7.833,60	633
		R\$ 30.144,00	635
		R\$ 5.160,00	636
		R\$ 1.610,75	637
		R\$ 1.320,00	638
		R\$ 60.000,00	639
		R\$ 2.625,00	640
		R\$ 1.404,00	641
		R\$ 4.594,00	642
		R\$ 780,00	643
		R\$ 8.338,80	648
		R\$ 6.944,00	649
		R\$ 3.667,96	652
		R\$ 1.199,90	654
		R\$ 7.350,00	655
		R\$ 486,75	667
		R\$ 195,20	668
		R\$ 1.120,05	671
		R\$ 205.500,00	672
		R\$ 4.350,00	674
		R\$ 5.574,69	685
		R\$ 2.779,60	692
		R\$ 78.500,00	698
		R\$ 2.098,00	702
		R\$ 3.576,00	703
		R\$ 4.480,00	704
		R\$ 147.722,43	706
		R\$ 197.276,07	707

		R\$ 5.970,00	722
		R\$ 14.990,00	723
		R\$ 200,24	724
		R\$ 21,54	726
		R\$ 69,22	728
		R\$ 16,37	729
		R\$ 3.920,00	856
		R\$ 2.159,46	919
		R\$ 8.000,00	920
		R\$ 3.780,00	921
		R\$ 3.100,00	923
		R\$ 1.033,71	945
		R\$ 4.800,00	961
		R\$ 1.817,28	969
		R\$ 1.626,72	970
		R\$ 21.297,00	971
		R\$ 312,00	974
		R\$ 569,92	975
		R\$ 1.050,00	988
		R\$ 554,40	991
		R\$ 3.200,00	992
		R\$ 863,85	1002
		R\$ 4,60	1076
		R\$ 194,10	1077
		R\$ 318,15	1078
		R\$ 164,50	1079
		R\$ 619,22	1080
		R\$ 1.295,24	1081
		R\$ 955,00	1082
		R\$ 1.150,00	1083
		R\$ 468,00	1084
		R\$ 180,00	1085
		R\$ 1.697,64	1086
		R\$ 992,00	1110
		R\$ 273,00	1112
		R\$ 241.542,00	1126
		R\$ 260,00	1156
		R\$ 275,00	1157
		R\$ 745,00	1158
		R\$ 5.130,00	1160
		R\$ 154,00	1161
		R\$ 9.250,00	1162
		R\$ 18.740,80	1183
		R\$ 431.248,12	1191
		R\$ 10.484,25	1219
		R\$ 1.064,00	1221
		R\$ 6.900,00	1222
		R\$ 895,00	1223

		R\$ 8.058,08	1263
		R\$ 750,00	1264
		R\$ 2.694,00	1268
		R\$ 210,00	1270
		R\$ 1.120,00	1271
		R\$ 1.450,00	1272
		R\$ 764,88	1305
		R\$ 546,00	1306
		R\$ 548,00	1307
		R\$ 431.248,12	1315
		R\$ 241.542,00	1316
		R\$ 92.243,00	1323
		R\$ 2.735,40	1325
		R\$ 49.950,00	1352
		R\$ 1.600,00	1354
		R\$ 17.010,00	1355
		R\$ 2.508,00	1356
		R\$ 15.300,00	1357
		R\$ 1.120,00	1358
		R\$ 10.639,95	1359
		R\$ 26.290,00	1360
		R\$ 900,00	1361
		R\$ 25.070,00	1362
		R\$ 20.000,00	1363
		R\$ 1.185,00	1364
		R\$ 799,95	1365
		R\$ 6.222,00	1366
		R\$ 25.000,00	1367
		R\$ 4.500,00	1444
		R\$ 2.639,40	1477
		R\$ 2.865,00	1541
		R\$ 2.780,00	1547
		R\$ 500,00	1548
		R\$ 861,60	1549
		R\$ 747,00	1550
		R\$ 719,10	1551
		R\$ 1.824,18	1552
		R\$ 241.542,00	1605
		R\$ 431.248,12	1606
		R\$ 1.600,00	1662
		R\$ 1.400,00	1818
		R\$ 3.529,65	1819
		R\$ 241.542,00	1826
		R\$ 413.734,34	1827
		R\$ 365,00	1829
		R\$ 168,00	1941
		R\$ 437,50	1959
		R\$ 2.158,00	1962

			R\$ 35,00	1976
			R\$ 168,00	1989
			R\$ 1.470,00	1990
			R\$ 1.750,00	1991
			R\$ 560,00	2049
			R\$ 5.416,00	2050
			R\$ 462,60	2081
			R\$ 1.800,00	2082
			R\$ 85,25	2083
			R\$ 142,80	2084
			R\$ 380,00	2085
			R\$ 315,84	2086
			R\$ 1.680,00	2087
			R\$ 474,00	2088
			R\$ 240,00	2089
			R\$ 3.000,00	2120
			R\$ 216,00	2121
			R\$ 500,00	2122
			R\$ 160,18	2195
			R\$ 292,50	2196
			R\$ 35,00	2197
			R\$ 542,60	2198
			R\$ 358,00	2199
			R\$ 205,18	2201
			R\$ 249,50	2202
			R\$ 182.271,60	2216
			R\$ 344.998,50	2217
			R\$ 2.158,00	2231
			R\$ 3.500,00	2232
			R\$ 249,50	2249
			R\$ 2.569,60	2250
			R\$ 169,00	2287
			R\$ 180,00	2288
			R\$ 4.372,00	2330
			R\$ 10.832,00	2349
			R\$ 392,00	2364
			R\$ 218,00	2385
			R\$ 696,00	2387
			R\$ 266,00	2388
			R\$ 319,00	2389
			R\$ 240,00	2390
			R\$ 285,20	2403
			R\$ 7.000,00	2404
			R\$ 290,00	2405
			R\$ 2.450,00	2406
			R\$ 266,00	2407
			R\$ 399,90	2408
			R\$ 1.779,00	2409

		R\$ 399,50	2410
		R\$ 765,60	2411
		R\$ 2.158,00	2432
		R\$ 182.271,60	2469
		R\$ 344.998,50	2470
		R\$ 324,00	2471
		R\$ 290,90	2491
		R\$ 215,95	2492
		R\$ 1.703,10	2531
		R\$ 782,40	2554
		R\$ 27.080,00	2558
		R\$ 1.386,00	2559
		R\$ 467,50	2567
		R\$ 229,00	2572
		R\$ 2.800,00	2573
		R\$ 825,00	2581
		R\$ 499,00	2595
		R\$ 952,00	2612
		R\$ 496,00	2613
		R\$ 2.300,00	2614
		R\$ 895,00	2615
		R\$ 875,00	2616
		R\$ 10.370,00	2617
		R\$ 2.668,50	2618
		R\$ 500,00	2619
		R\$ 3.588,00	2621
		R\$ 169.050,00	2635
		R\$ 2.800,00	2650
		R\$ 2.475,00	2651
		R\$ 344.998,50	2661
		R\$ 182.271,60	2662
		R\$ 5.600,00	2706
		R\$ 5.880,00	2707
		R\$ 240,00	2708
		R\$ 1.055,80	2709
		R\$ 158,40	2710
		R\$ 427,35	2712
		R\$ 601,90	2713
		R\$ 27.080,00	2714
		R\$ 4.758,00	2715
		R\$ 449,85	2716
		R\$ 5.130,00	2739
		R\$ 12.160,00	2749
		R\$ 1.739,22	2784
		R\$ 3.515,00	2785
		R\$ 2.629,00	2786
		R\$ 9.000,00	2814
		R\$ 7.122,50	2863

			R\$ 357,00	2864
			R\$ 65.920,00	2865
			R\$ 3.407,97	2891
			R\$ 8,43	2892
			R\$ 6.499,00	2893
			R\$ 59,03	2894
			R\$ 425,17	2895
			R\$ 1.300,00	2896
			R\$ 692,90	2897
			R\$ 430,11	2898
			R\$ 1.200,00	2899
			R\$ 275,00	2900
			R\$ 1.358,94	2901
			R\$ 580,00	2902
			R\$ 344.998,50	2933
			R\$ 182.271,60	2951
			R\$ 81.240,00	2966
			R\$ 35.660,00	3011
			R\$ 177,80	3012
			R\$ 800,00	3014
			R\$ 1.821,00	3015
			R\$ 3.318,00	3016
			R\$ 357,00	3017
			R\$ 740,00	3018
			R\$ 900,00	3019
			R\$ 355,00	3020
			R\$ 330,00	3021
			R\$ 1.000,00	3023
			R\$ 1.630,00	3024
			R\$ 672,00	3025
			R\$ 2.800,00	3026
			R\$ 22.008,33	3076
			R\$ 17.316,40	3118
			R\$ 344.998,50	3157
			R\$ 182.271,60	3158
			R\$ 3.654,00	3198
			R\$ 4.953,00	3199
TOTAL			R\$ 8.938.992,72	

b)Relação de recursos recebidos pelo município em decorrência da pandemia de COVID-19.

Relação dos Recursos recebidos em decorrência da Pandemia de COVID-19	
Descrição do Evento	Despesa extraordinária Realizada
Transferências da União	
1.7.1.8.99.1.1.13.00.00 – Aux. Financeiro	R\$ 843.521,29

p/Covid-19 – SAPS – Portaria 3874/20 e MP1062/21	
1.7.1.8.99.1.1.14.00.00 – Aux. Financeiro p/Covid-19 – SAES	R\$ 8.014.400,00
1.7.1.8.99.1.1.15.00.00 – Aux. Financeiro p/Covid-19 – SAES – Portaria 3313/21	R\$ 40.500,00
1.7.1.8.12.1.1.01.02.00 – Bolsa Família p/Covid-19	R\$ 127.551,00
RDB	R\$ 9.408,35
TOTAL	R\$ 9.035.380,64

*Divergência na informação Contábil com o Portal da Transparência: por problemas no Sistema Betha, a Receita no valor de R\$ 843.521,29 - apesar de conter os marcadores “Covid-19”, não foi enviada para o Portal da Transparência.

XIX – MANIFESTAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EMITIDAS NOS PARECERES PRÉVIOS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Na condição de órgão incumbido pela fiscalização dos atos da administração quanto ao cumprimento dos princípios que regem a administração pública e nesse sentido, contribuir para o aprimoramento da gestão e atuar como órgão de apoio ao Tribunal de Contas na sua missão institucional, conforme disposto nos artigos 70 e 74, inciso IV da Constituição Federal, artigo 128, inciso IV da Resolução TC 06/2001 c/c artigo 22 da IN TC 20/2015, o Controle Interno tem o dever de acompanhar as providências administrativas adotadas pelas autoridades competentes quanto ao cumprimento das recomendações e determinações feitas pelo Tribunal de Contas em suas decisões.

Nesse sentido é importante registrar aqui as providências administrativas adotadas para cumprimento das determinações e recomendações recebidas do Tribunal de Contas e pendentes de solução.

Demonstrativo das Providências Administrativas Adotadas em Relação às Ressalvas e Recomendações feitas pelo Tribunal de Contas	
Nº do Processo: PCP 21/00358035	Responsável: Gian Francesco Voltolini

	Providências Administrativas Adotadas:
<p>1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2020 do Prefeito Municipal de Nova Trento à época, Sr. Gian Francesco Voltolini e</p> <p>2. Recomenda ao Governo Municipal de Nova Trento que:</p>	
<p>2.1 atente para a adoção de medidas no sentido de atender de forma antecipada à IN n. 05/2019 do Ministério da Economia, que dispõe sobre as práticas de governança e gestão dos processos dos órgãos e das entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União (item IV.1.2 do Relatório da Relatora);</p>	<p>O município está buscando se estruturar para atender ao disposto na IN n. 05/2019 do ME para encaminhar o primeiro Relatório de Melhoria da Gestão no prazo estabelecido, ou seja, setembro de 2022.</p>
<p>2.2. efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal da Transparência as informações constantes no item IV.1.3 do Relatório da Relatora;</p>	<p>O Município vem cumprindo as exigências contidas na LRF e no Decreto Federal nº7.185/2010. Na avaliação do Mapa Brasil Transparente, o Município atingiu a nota de 7,36 de um total de 10 pontos, conforme registrou a instrução em seu relatório. Providências sempre estarão sendo adotadas para melhoria da qualidade das informações no Portal da Transparência.</p>
<p>2.3. fortaleça os conselhos municipais para incentivar a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas e na construção de uma sociedade que seja mais inclusiva, participativa e sustentável (item IV.1.4 do Relatório da Relatora);</p>	<p>Providências serão adotadas no sentido de elevar a participação dos conselhos municipais nos processos de planejamento e monitoramento das políticas públicas.</p>
<p>2.4. observe o atendimento das metas estabelecidas para o município de Nova Trento por meio do Plano Nacional de Saúde (item IV.3.2 do Relatório da Relatora);</p>	<p>O Gestor do FMS, juntamente com o CMS têm se empenhado no sentido de alinhar o Plano Municipal de Saúde com o Plano Nacional e cumprir as metas nele estabelecidas para cada exercício, sem, contudo, comprometer o equilíbrio de caixa.</p>
<p>2.5. adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creche, observado o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte final da Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) – (itens 8.2.2 do Relatório DGO e IV.3.3 do Relatório da Relatora);</p>	<p>O fato de não ter alcançado a meta estabelecida para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos até o exercício apreciado, foi levado ao conhecimento do Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal, para que medidas sejam adotadas a partir do exercício de 2022, no sentido de que essa meta seja alcançada.</p>
<p>2.6. garanta o atendimento integral na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, em cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal e à parte inicial da Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) - (itens 8.2.3 do Relatório DGO e IV.3.3 Relatório da Relatora);</p>	<p>O fato de não ter alcançado a meta estabelecida para o atendimento integral das crianças de 4 a 5 anos, foi levado ao conhecimento do Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal, para que medidas sejam adotadas a partir do exercício de 2022, no sentido de que essa meta seja alcançada.</p>
<p>2.7. atente para o prazo até 31 de março de 2022 para incluir, no contrato de programa de prestação dos serviços públicos de saneamento básico em vigor, metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, nos termos do art. 11-B da Lei n. 11.485/07, com redação dada pela Lei n. 14.026/20, e do Decreto n. 10.710/21 (item IV.3.4 Relatório da Relatora);</p>	<p>O Prefeito e o Diretor do SAMAE foram notificados desse prazo para que providências sejam adotadas desde já no sentido de atender no prazo as metas estabelecidas de atendimento da população com água potável, coleta e tratamento de esgoto, redução de perdas e melhoria nos processos de tratamento de água.</p>
<p>2.8. atente para a necessidade de contribuir no processo de implementação da Agenda 2030, adotando medidas efetivas para o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais contidos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) às metas dos ODS, observando os</p>	<p>O Prefeito e seus Secretários foram notificados sobre os propósitos da Agenda 2030 da ONU, para que os instrumentos de planejamento municipal passem a contemplar desde agora, ações e recursos com vistas a alcançar os objetivos nela colocados, até o ano de 2030, relacionados ao</p>

<p>indicadores já disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como as diretrizes orientativas dispostas no “Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros”, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) - (item IV.3.6 Relatório da Relatora);</p>	<p>Desenvolvimento Sustentável. Os objetivos elencados na agenda são:</p> <p>ODS 1 Por fim à pobreza, em todas as suas formas ODS 2 Acabar com fome, e estimular uma agricultura sustentável ODS 3 Garantir uma vida saudável e promover bem-estar a todos ODS 4 Garantir uma educação que inclua a todos, equitativa e de qualidade e prover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos ODS 5 Alcançar a igualdade entre homens e mulheres ODS 6 Garantir acesso à água e a saneamento para todos ODS 7 Garantir acesso à energia limpa ODS 8 Garantir trabalho decente e crescimento econômico sustentável ODS 9 Promover o desenvolvimento da indústria, fomentar a inovação e garantir infraestrutura ODS 10 Reduzir as desigualdades no país ODS 11 Garantir que as cidades e os assentamentos humanos sejam seguros, inclusivos, sustentáveis ODS 12 Garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis ODS 13 Adotar medidas para combater as mudanças climáticas e seus efeitos ODS 14 Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos ODS 15 Proteger a vida sobre a terra ODS 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas e garantir a justiça para todos ODS 17 Fortalecer os meios de implementação, usar dados abertos e estatísticas e revitalizar alianças e parcerias</p>
<p>2.9. adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor (itens 5.1 do parecer MPC e IV.2.9 Relatório da Relatora);</p>	<p>O Prefeito Municipal e o Setor de Planejamento foram notificados a respeito da necessidade da adoção de procedimentos necessários para revisão do Plano Diretor da Cidade.</p>
<p>2.10. atente para a remessa tempestiva da Prestação de Contas do Prefeito, nos termos estabelecidos no art. 51 da Lei Complementar n. 202/2000 c/c o art. 7º da Instrução Normativa n. TC- 20/2015 (Itens IV.2.9 Relatório da Relatora e 11.2.1 do Relatório DGO).</p>	<p>O atraso na remessa da Prestação de Contas decorre de múltiplos fatores: o fechamento do último bimestre é bem mais complexo em razão de todos os ajustes a serem feitos; recesso de final de ano; acesso a todas as informações necessárias ao fechamento e ajustes no saldo de contas; prazo exíguo para envio do e-Sfinge do sexto bimestre; incompatibilidade entre este prazo e o prazo de envio dos balanços; problemas de inconsistências no sistema; problemas no e-Sfinge para remessa dos dados, entre muitos outros. Importante salientar que o atraso não decorre da falta de empenho. Contribuiu também para o atraso, a migração de dados do Sistema Desktop para o Sistema Cloud da empresa Betha Sistemas, realizado pelos técnicos daquela empresa, causando problemas de inconsistências nos relatórios.</p>
<p>3. Recomenda ao Setor de Contabilidade que atente para as irregularidades apontadas nos itens 11.2.2 e 11.2.3 do Relatório DGO, providencie as correções necessárias na contabilidade do município e evite a ocorrência de situações dessa natureza.</p>	
<p>3.11.2.2. Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na FR 01 – R\$ 50.144,57, FR 38 – R\$ 1.324.324,50 e FR 64 – R\$ 604.802,48 e de Passivo Financeiro (Atributo F) com saldo devedor na FR 01 – R\$ 42,56, FR 38 – R\$ 6.978,71 e FR 64 – R\$ 327,32, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).</p>	<p>Essas inconsistências tem origem na transferência de dados de um sistema da Betha para outro, realizado pelos técnicos daquela empresa. Apesar dos insistentes apelos para corrigir as inconsistências nos Balanços das Unidades Gestoras, os técnicos da Betha não conseguiram corrigir, motivando inclusive o atraso no envio do e-Sfinge e dos Balanços ao Tribunal de Contas.</p>
<p>3.11.2.3. Contabilização de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Individuais, no valor de R\$ 900.000,00, em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública (https://www.tcsc.tc.br/content/tabela-de-download-2020) e com o art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item</p>	<p>Por falha na identificação da origem desse recurso, a Contabilidade foi notificada para que eventos dessa natureza não mais ocorram.</p>

3.3).	
4. Recomenda aos Conselhos Municipais que aprimorem as informações que fundamentam os pareceres, em especial sobre o volume de recursos aplicados; as principais ações executadas ou não realizadas; os problemas detectados; assim como as boas práticas implementadas nas respectivas áreas de atuação de cada conselho (item IV.1.4 Relatório da Relatora).	Providências já foram adotadas para que o parecer dos diversos conselhos atendam essa recomendação, já em relação as contas do exercício de 2021.
5. Recomenda ao Governo Municipal de Nova Trento que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	Providências nesse sentido já foram adotadas.
Nº do Processo: PCP 20/00093897	Responsável: Gian Francesco Voltolini
	Providências Administrativas Adotadas:
1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2020 do Prefeito Municipal de Nova Trento à época, Sr. Gian Francesco Voltolini e	
2. Recomenda ao Governo Municipal de Nova Trento que:	
Recomenda o responsável pelo Poder Executivo, com o envolvimento e a responsabilização do órgão de controle interno, a adoção de providências para prevenção e correção das seguintes deficiências apontadas no Relatório DGO n. 653/2020:	
2.1. Contabilização de Receita Corrente de origem das emendas parlamentares individuais, no montante de R\$ 200.000,00, em desacordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores c/c art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 9.2.1 da conclusão do Relatório DGO n. 653/2020);	Providências já foram adotadas na execução do orçamento de 2019 no sentido de que as receitas correntes de origem de emendas parlamentares individuais sejam contabilizadas em conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, utilizando a FR 76 indicada pelo Tribunal de Contas.
2.2. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC –20/2015 (item 9.2.2 da conclusão do Relatório DGO n. 653/2020).	O atraso na remessa da Prestação de Contas decorre de múltiplos fatores: o fechamento do último bimestre é bem mais complexo em razão de todos os ajustes a serem feitos; recesso de final de ano; acesso a todas as informações necessárias ao fechamento e ajustes no saldo de contas; prazo exíguo para envio do e-Sfinge do sexto bimestre; incompatibilidade entre este prazo e o prazo de envio dos balanços; problemas de inconsistências no sistema; problemas no e-Sfinge para remessa dos dados, entre muitos outros. O atraso, com certeza não decorre da falta de empenho, prova disso é que são poucos os Municípios que conseguem encaminhar a prestação de contas do Prefeito dentro do prazo.
3. Recomendar ao Município que garanta o atendimento na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, em cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal, e a parte inicial da Meta 1 da Lei Federal n. 13.005/2014 (PNE).	Todo o esforço está sendo empreendido no sentido de cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Ensino.
4. Recomendar ao Município que formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de	Os instrumentos de planejamento estão sendo elaborados de forma a assegurar a alocação de recursos necessários ao cumprimento do Plano Municipal de Ensino e cumprimento das metas nele estabelecidas.

dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei Federal n. 13.005/2014 (PNE).	
5. Recomendar ao Poder Executivo que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da LRF.	Providências serão adotadas no sentido de publicar o relatório de instrução e o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre a prestação de contas de governo do exercício de 2019.
Nº do Processo: PCP 19/00178998	Responsável: Gian Francesco Voltolini
	Providências Administrativas Adotadas:
Recomenda ao Chefe do Poder Executivo, ao Contador da Prefeitura e ao Controlador Interno que atentem para as restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo, constante do item 9.1 da Conclusão do Relatório DMU n. 099/2019. 9.1.1 Contabilização de Receita Corrente de origem das emendas parlamentares individuais, no montante de R\$ 400.000,00, em desacordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores c/c art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 3.3 e Anexo 10 às fls. 52/62 dos autos);	Providências já foram adotadas na execução do orçamento de 2019 no sentido de que as receitas correntes de origem de emendas parlamentares individuais sejam contabilizadas em conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores, utilizando a FR 76 indicada pelo Tribunal de Contas.
9.1.2 Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na FR 64 - R\$ 82.957,27 e FR 00 - R\$ 126.524,12, e de Passivo Financeiro (Atributo F) com saldo devedor em Depósitos e outras Obrigações na FR 00 - R\$ 853,48 em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);	Providências foram adotadas no exercício de 2019 para correção dessas inconsistências.
9.1.3. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC - 20/2015 (fl. 4).	O atraso na remessa da Prestação de Contas decorre de múltiplos fatores: o fechamento do último bimestre é bem mais complexo em razão de todos os ajustes a serem feitos; recesso de final de ano; acesso a todas as informações necessárias ao fechamento e ajustes no saldo de contas; prazo exíguo para envio do e-Sfinge do sexto bimestre; incompatibilidade entre este prazo e o prazo de envio dos balanços; problemas de inconsistências no sistema; problemas no e-Sfinge para remessa dos dados, entre muitos outros. O atraso, com certeza não decorre da falta de empenho, prova disso é que são poucos os Municípios que conseguem encaminhar a prestação de contas do Prefeito dentro do prazo.
9.1.4. Garanta o atendimento de crianças de 4 a 5 anos, em cumprimento ao art. 202, I, da Constituição Federal, e da Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 (PNE).	Todo o esforço está sendo empreendido no sentido de cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Ensino.

XX – DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DECORRENTES DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE IMPUTARAM DÉBITO A RESPONSÁVEL, INDIVIDUALIZADOS POR TÍTULO, COM INDICAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM RELAÇÃO AOS TÍTULOS PENDENTES DE EXECUÇÃO PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

Facultativo em 2021, conforme Portaria nº TC 016/2022.

Nos termos do artigo 39 da Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, as decisões do Tribunal de Contas de que resulte em imputação de débito a Agente Público por dano causado ao erário, torna essa dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo para cobrança judicial, devendo, por isso, a Procuradoria do Município adotar todas as providências cabíveis no sentido de que o erário seja ressarcido.

Desse modo faz-se necessário que o Órgão de Controle Interno faça o acompanhamento quanto às providências que estão sendo adotadas pelas autoridades competentes em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário e demonstre a situação de cada um dos responsáveis pelo débito imputado pelo Tribunal de Contas, conforme **Anexo XI** deste relatório.

XXI – AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS PREVISTAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Em atendimento ao princípio do planejamento das ações de governo e ao disposto no artigo 5º, da Lei Municipal nº 3.558/2015, a execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas deverão ser objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas.

Nesse sentido, faz-se necessário que conste deste relatório, para conhecimento do Tribunal de Contas e da sociedade, demonstrativo das metas estabelecidas e avaliação quanto ao seu cumprimento, conforme disposto no **Anexo XII** deste relatório.

XXII – OUTRAS INFORMAÇÕES PREVIAMENTE SOLICITADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.

De todo o exposto e considerando, que a avaliação do cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras estabelecidas nos instrumentos de planejamento orçamentário demonstrou que o resultado pode ser entendido como satisfatório;

Considerando, que o resultado financeiro foi superavitário em todas as Unidades Gestoras e em todas as fontes de recursos, exceção aquelas relacionadas no relatório, incapazes de comprometer a saúde financeira do Município, atendendo, portanto, ao princípio do equilíbrio de caixa estabelecido no artigo 48, "b" da Lei (federal) 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º, da Lei Complementar (federal) 101/2000 - LRF;

Considerando, as medidas efetivas adotadas para cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

Considerando, as ações que estão sendo empreendidas para o aparelhamento da máquina arrecadadora no sentido de dar cumprimento ao disposto no artigo 30, inciso III, da CF/88 e artigo 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde e com a manutenção e desenvolvimento do ensino básico;

Considerando, a observância ao limite global de gastos com pessoal e de endividamento;

Considerando a observância aos limites e condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita, geração de despesa, inscrição de despesas em restos a pagar, instituição, previsão e arrecadação dos tributos de competência do Município, realização de audiências públicas nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e avaliação do cumprimento das metas físicas e fiscais;

Considerando a observância dos prazos no atendimento da Agenda das Obrigações Diárias em 2021;

Considerando, que em geral, os princípios fundamentais de contabilidade foram cumpridos no registro dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária e financeira, exceção feita a atualização do estoque da dívida ativa e depreciação dos bens, conforme registrado nas notas explicativas; e

Considerando, que a abertura de créditos adicionais atendeu ao princípio da legalidade e as normas constitucionais e legais vigentes,

A DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, APESAR DAS INCONSISTÊNCIAS APURADAS NO BALANÇO, DECORRENTE DA TRANSFERÊNCIA DA BASE DE DADOS DE UM SISTEMA DA BETHA PARA OUTRO PELOS TÉCNICOS DAQUELA EMPRESA, CONCLUI POR RECONHECER QUE AS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2021, REPRESENTADA PELO BALANÇO CONSOLIDADO, APRESENTA ADEQUADAMENTE A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTARIA E PATRIMONIAL, BEM COMO, AS OPERAÇÕES ESTÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

É o relatório.

Nova Trento, 28 de fevereiro de 2022.

Cátia Búrigo
DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento da conclusão do relatório emitido pelo Diretor de Controle Interno do Município sobre as contas anuais de governo do exercício de 2021.

Nova Trento, 28 de fevereiro de 2022.

Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal